



Data: 17.02.2012

Título: "Inércia" dos políticos em relação ao Lusocord é "constrangedora"

Pub:

GRANDE
PORTO

Tipo: Jornal Nacional Semanal

Secção: Nacional

Pág: 26

clipping
consultores

"Inércia" dos políticos em relação ao Lusocord é "constrangedora"

Banco público → Directora do organismo e investigadora salientam importância e não compreendem inacção do poder político



Helena Alves e Perpétua Pinto-do-Ó falaram sobre futuro do Lusocord e da investigação em torno das células estaminais

ANA CARIDADE
ana.caridade@grandeportoonline.com

No dia em que houve novidades sobre o futuro do Banco Público de Sangue do Cordão Umbilical, Lusocord, o GRANDE PORTO sentou à mesma mesa a directora daquele organismo, Helena Alves, e Perpétua Pinto-do-Ó, investigadora do Instituto de Biologia Molecular e Celular na área das células estaminais. Em mais um

almoço promovido pelo semanário, as duas especialistas falaram sobre a importância de um banco público que faça a criopreservação das células estaminais e os avanços registados no âmbito da terapia celular.

O encontro começou com boas notícias. Helena Alves avançou que a lei orgânica do Instituto Português do Sangue e da Transplantacão (IPST) -

um superorganismo criado pelo actual executivo e que vai juntar o Instituto Português do Sangue, a Autoridade para os Serviços do Sangue e da Transplantacão e os Centros de Histocompatibilidade - já foi publicada e que dela consta que uma das atribuições do IPST é a manutenção do Lusocord. "Apesar de já estar a funcionar há dois anos e meio é a primeira vez que a designação Lusocord aparece escrita",

comentou a directora do banco público, acreditando que com a publicação da lei orgânica "o processo seja desbloqueado e o financiamento garantido".

Recorde-se que desde a sua criação que o Lusocord funciona sem financiamento próprio e a sua actividade apenas foi possível por estar integrado no Centro de Histocompatibilidade do Norte, de que Helena Alves também é directora.



Data: 17.02.2012

Titulo: "Inércia" dos políticos em relação ao Lusocord é "constrangedora"

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Semanal

Secção: Nacional

Pág: 26



Área: 562cm² / 49%

Tiragem: 300.000

FOTO:

Cores: 4 Cores

ID: 4013640

"No Orçamento de Estado para este ano está aprovado um mapa de nove funcionários para o Lusocord", esclareceu a directora, que quer acreditar que essas pessoas vão efectivamente integrar os quadros do banco público. Quer acreditar porque, para já, tudo se encontra no domínio das possibilidades uma vez que "dados concretos ainda não tenho". "Há uma série de coisas que faltam definir. O processo está há meses a passar de secretária em secretária".

Esta "inércia" por parte do poder político "chega a ser constrangedora", sustenta Perpétua Pinto-do-Ó que, como investigadora, "esperaria que um banco público disponibilizasse uma parte das amostras para a investigação". Sem um banco público de criopreservação de células estaminais não são só as hipóteses dos doentes que se vêem reduzidas, também a investigação sai a perder, uma vez que falamos de um conjunto de amostras "mais representativas da população".

ACREDITAÇÃO INTERNACIONAL

Desde que arrancou, o Lusocord reuniu mais de 7500 amostras de sangue do cordão umbilical. A falta de pessoas fez com que essas amostras, apesar de criopreservadas, não estessem completamente trata-

das, e por isso, ainda não fazem parte da base de dados internacional e não estão, portanto, disponíveis para serem cedidas.

Para além do tratamento integral das amostras, Helena Alves salientou que "se houvesse pessoal e financiamento próprio o Lusocord poderia ter a creditação internacional". Essa garantia de qualidade reconhecida em termos internacionais não é obrigatória, mas "por uma questão de brio", a directora considera "necessária".

A verdade é que a grande maioria dos bancos que fazem parte da base de dados internacional não é acreditada e, salienta a responsável, "estamos a importar sangue do cordão umbilical para transplantes colhido em locais que não têm um décimo das nossas exigências de qualidade do serviço".

Perpétua Pinto-do-Ó considera que esse facto pode constituir "uma menos-valia ou até um risco para o doente se não for feita a triagem antes da aplicação". A investigadora salienta ainda que "quando uma unidade de sangue do cordão umbilical é requisitada há urgência e, por isso, não há tempo para fazer muitas das análises necessárias para o despiste de eventuais contaminações".